



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

O PERCURSO FORMATIVO DOS PROFESSORES DA EJA DO CAMPO: LAÇOS E EMBARAÇOS

Edite Maria da Silva de Faria – UNEB

editedefaria@gmail.com

Modalidade: Comunicação Oral

Eixo 2 - Identidades e trajetórias na formação dos educadores(as) da EJA

RESUMO

Este artigo aponta os laços e embaraços que são postos no processo formativo dos professores de jovens, adultos e idosos envolvidos na educação pública do campo. Discute os entraves e possibilidades da formação destes sujeitos no contexto educacional brasileiro de incertezas e desafios. Neste cenário, as universidades e os centros de pesquisa e de formação tornam-se espaços férteis para desenvolver pesquisas, reflexão teórica e práxis. O caminho metodológico baseia-se no estudo do cotidiano do fazer docente. Os resultados revelam a importância de um novo olhar para os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos do Campo, dando visibilidade ao seu pensar, fazer e viver, tomando como ponto de partida para o processo de formação, suas trajetórias escolares e de vida, seus saberes da experiência e suas expectativas sem relegar suas dificuldades e desencantos com a educação que é pensada para eles e não com eles. Um dos desafios é contribuir para o protagonismo dos professores no seu processo formativo.

PALAVRAS-CHAVE: Percurso Formativo de Professores da EJA do Campo; Identidades e Trajetórias; Educação Pública do Campo.



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

INTRODUÇÃO

Um dia pela força de nosso trabalho e de nossa luta, o arame da nossa ignorância, e então ali eu percebi, melhor cortamos os arames farpados do latifúndio e entramos nele, mas quando nele chegamos, descobrimos que existem outros arames farpados, como ainda naquele dia, que quanto mais ignorante, quanto mais inocentes diante do mundo, tanto melhor para os donos do mundo, e quanto mais sabido, no sentido de conhecer, tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo.

O trecho acima traz à tona toda a luta pela terra e pela cidadania, permeada pela educação. O depoimento do alfabetizador e camponês descortina que os altos índices de analfabetismo no meio rural estão ligados também ao empobrecimento da população do campo.

A educação no meio rural foi sempre tratada pelo poder público com políticas compensatórias. Historicamente não houve, para o sistema de educação rural, a formulação de diretrizes (políticas/pedagógicas) para atender seu funcionamento, tampouco um financiamento que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma educação em todos os níveis, com qualidade e dignidade.

A ideia de “erradicação” do analfabetismo num curto espaço de tempo sem considerar que a eliminação do problema depende de mudanças estruturais nas condições econômicas, sociais e educacionais a produzir o analfabetismo sempre fracassou. Para Paulo Freire, os analfabetos não são uma erva daninha, devendo ser erradicada, mas a expressão concreta de uma realidade social injusta e perversa.

A educação dos camponeses foi descaracterizada e excluída do plano de desenvolvimento para o país, na medida em que não se levou em consideração a população do campo, acarretando de forma acelerada e perversa o processo migratório do homem do campo para os grandes centros urbanos, onde sempre estiveram as prioridades para o investimento do capital nas indústrias.



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

As pontuais e descontínuas propostas de projetos e programas da educação de jovens, adultos e idosos, além de serem inadequados, ou seja, não visam à especificidade dos sujeitos do campo, não dão condições de funcionamento satisfatório, como estrutura, formação inicial e continuada dos professores, recursos didáticos adequados, especialmente, salários condizentes com os fazeres da docência nos espaços de aprendizagem, seja na sala de aula da escola pública ou para além dela.

Mesmo ainda inadequados e descontínuos, os programas e cursos são frequentados pelos trabalhadores rurais. Esses projetos e programas representam, para jovens e adultos que deles se utilizam, uma estratégia concreta de inserção no mundo da escola, e mesmo na falta de oferta para as séries demandadas, cursam aquelas apresentadas.

As ofertas materializadas por campanhas e movimentos de curto prazo apontam as “duas faces da mesma moeda”, a desvinculação das propostas de programas e projetos com a identidade e especificidades do público ao qual se destina – que pode provocar resistências e tensões entre os sujeitos, a proposta materializada – por outro lado, descortina a importância destes programas, projetos e propostas de EJA no Campo.

Este artigo aponta os laços e embaraços que são postos no processo formativo dos professores de jovens, adultos e idosos envolvidos na educação pública do campo. Discute os entraves e possibilidades da formação destes sujeitos no cenário educacional brasileiro de incertezas e desafios.

Até pouco tempo atrás, a impermeabilidade do Estado brasileiro, face à impregnação de seus aparelhos e instituições pela ideologia das classes dominantes, fazia prevalecer à ideia de que o campo fosse “hospedeiro do analfabetismo” e que os sujeitos do campo não necessitavam de estudo. A história da educação brasileira deixa um legado de discriminação e privação de direitos para a maioria dos brasileiros.

Ainda considera-se normal e banaliza-se a existência de um grande número de mulheres e homens privados do direito à escolarização. Mesmo aqueles e aquelas excluídos ou que nunca foram à escola, acreditam nela. Neste cenário, as universidades e os centros de pesquisa e de formação tornam-se espaço fértil para desenvolver pesquisas, reflexão teórica e práxis.



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

O caminho metodológico baseia-se no estudo do cotidiano do fazer docente. Os resultados revelam a importância de um novo olhar para os professores que atuam na EJA do Campo, dando visibilidade ao seu pensar, fazer e viver, tomando como ponto de partida para o processo de formação, suas trajetórias escolares e de vida, seus saberes da experiência e suas expectativas e também suas dificuldades e desencantos com a educação que é pensada para eles e não com eles.

Os impactos das políticas de formação inicial e continuada de professores dentro da Universidade e para além dela, especialmente na formação de professores de pessoas jovens, adultas e idosas materializam campo fértil de pesquisas e debates no atual contexto educacional brasileiro.

Um dos desafios é contribuir para o protagonismo dos professores no seu processo formativo. Assim, é necessário compreender os entraves e as possibilidades da prática pedagógica e a utilização de experiências de ensino dentro do percurso formativo e profissional dos professores da EJA do Campo.

Formar professores de jovens, adultos e idosos, tomando como perspectivas de análise e compreensão os contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais nos quais se dá sua atividade profissional, como condição para nela intervirem, torna-se um desafio na contemporaneidade.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: FORMAÇÃO DOCENTE EM XEQUE?

A função social da escola na sociedade capitalista contemporânea, os seus limites, a falta de efetiva universalização e qualidade da educação pública gera a precariedade, o descaso e o abandono da educação de pessoas jovens, adultas e idosas no cenário brasileiro. Um dos fatores da (re)produção do analfabetismo resulta da inexistência e/ou insuficiência do ensino fundamental para a população em idade escolar.

Os movimentos sociais populares do campo, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas que envolvem a conquista da



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia do direito à vida com dignidade, constituindo-se sujeitos coletivos de direito, entre os quais se encontra o direito à educação. (HAGE, 2006, p. 303)

O direito à educação pública, obrigatória e gratuita é recorrente no discurso dos diversos segmentos que compõem a sociedade brasileira no contexto contemporâneo. A defesa do direito de todos à educação dialoga com a discussão sobre a obrigatoriedade e responsabilidade do poder público e da família em oferecer condições de acesso e permanência para a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade em contextos educacionais.

A justificativa para a elaboração e a implementação de políticas para a educação de jovens, adultos e idosos tanto das cidades quanto para quem vive no campo fundamenta-se na maioria das vezes mais nas necessidades do crescimento da economia e nos desejos do capital, assim como nos discursos populistas que “defendem” a participação política dos sujeitos.

Nessa perspectiva, é possível apontar alguns laços e embaraços para o desenvolvimento de políticas para a formação de professores de jovens, adultos e idosos no contexto da educação pública do campo. Inicialmente, destaca-se a formulação das políticas educacionais sem a participação ativa e efetiva dos professores, bem como a precariedade do acompanhamento e avaliação por parte do órgão público responsável pelas políticas.

Outro entrave significativo é superar a ausência da oferta de educação básica em condições favoráveis e adequadas às exigências e demandas das mulheres e homens que dela necessitam, e, tanto quanto possível, fomentar e assegurar uma educação de qualidade social, enraizada nos saberes e fazeres que extrapolem o “chão da sala de aula”.

Os mecanismos de bolsas para os alfabetizadores, coordenadores de programas e projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos ainda configuram estratégias de precarização das relações de trabalho. Na maioria das vezes materializada na utilização de mão de obra voluntária e sem formação alguma no campo da educação de pessoas jovens, adultas e idosas.



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

Observa-se um “leque de cardápios” de programas e projetos de alfabetização, entretanto ainda vivemos com milhões de brasileiras/os “famintos” por uma educação escolar que atenda significativamente aos seus anseios, desejos e necessidades.

A contratação de professores temporários e sem formação específica convive ao longo da história do desenvolvimento desses programas e projetos com a ausência de perspectiva de continuidade, pois dependem da política local, tornando-os, na maioria das vezes, “clientelistas” e “eleitoreiros” não especializados na formação dos camponeses.

Consequentemente inexistente uma política que contemple a qualidade e valorização do trabalho docente para que a educação não dependa apenas da “boa vontade” e do conhecimento insuficiente do professor e/ou alfabetizador.

A formação de professores vai além da questão técnica, é acima de tudo possibilitar a estes, caminhos para conciliar as dimensões: humana, política e pedagógica do saber-fazer-ser da sua profissão. Essas dimensões não se excluem mutuamente, pelo contrário, necessitam conviver de forma indissociável e dinâmica.

No currículo de formação de professores que atuam com os camponeses não podemos deixar de lado as experiências, os saberes, as suas histórias e especialmente desvelar/desvendar os seus percursos formativos com suas pluralidades, dimensões, fronteiras, métodos, estratégias que permearam ou não todo esse processo, no qual esses professores se constituíram. A relação que estabelecem com a educação revela o lugar que ocupa nas suas trajetórias de vida e na luta social.

A educação do campo de jovens, adultos e idosos carece de uma política de financiamento próprio, levando em consideração a inexistência e/ou insuficiência dos materiais didáticos, a especificidade da formação inicial, continuada dos professores e alfabetizadores, as limitações de locomoção e acessibilidade das salas de aula.

A falta de acompanhamento e de avaliação adequados por parte das secretarias de educação dos municípios, nas comunidades rurais, sobre as práticas docentes e as condições de ensino contribuem significativamente com a conformação e o descaso.



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP

O Estado, historicamente, negou uma educação que desvelasse e proporcionasse uma compreensão concreta da realidade, por meio de políticas estruturais que garantissem as condições necessárias aos sujeitos do campo.

A materialização das políticas através de programas e projetos para os camponeses tem se constituído em ações e campanhas com poucas implicações nas questões estruturais insatisfatórias para suas vidas e as da própria comunidade em que vivem.

Entender o processo de exclusão da educação é fundamental para entendermos o problema das desigualdades no Brasil, assim como entender o contexto das desigualdades no Brasil é fundamental para entendermos o processo de exclusão na educação. (HADDAD, 2008, p. 10)

Para as mulheres e homens do campo, a continuidade dos estudos é uma esperança, não um direito, conforme determina a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, assim como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo aprovadas em 2002.

O resultado é a negação do exercício do direito à educação. A ausência de políticas efetivas de combate às desigualdades sociais acaba comprometendo os ideais igualitários do discurso político da educação, tão propagados.

A ausência de materialização de projetos políticos pedagógicos para a construção de políticas públicas que procurem respeitar as especificidades e a realidade dos camponeses constitui-se em um desafio, embora em termos jurídicos existam avanços. As demandas e anseios dos professores e dos sujeitos da educação de jovens, adultas e idosas do campo não constituem ponto de partida na formulação das políticas.

Assim, as conquistas no âmbito jurídico demoram a ser materializadas, prevalecendo ainda a ideia de que “gente da roça não carecia de estudos”. A afirmação servia para justificar os baixos investimentos educacionais e econômicos no campo.

O ensino ficou restrito à alfabetização ou à qualificação profissional para atender a necessidade de mão de obra, não assegurando a participação ativa e efetiva dos camponeses, negando a possibilidade de construir com eles e não para eles.



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

Não são, portanto, efetivamente superadas as características de uma educação cujo caráter de assistência ao desfavorecido, de construção da hegemonia e exercício de controle social, ou de atendimento a demandas pontuais do capital, se sobrepõe, nitidamente, ao princípio ético-político de educação como “direito de todos”.

Direito à educação, assim entendido, tem existido como fundamento à ideia de educação como condição necessária ainda que não suficiente, para se pensar o modelo democrático de sociedade, para o qual o papel do Estado, como garantidor desse direito, tem sido insubstituível. (PAIVA, J., 2009, p. 137)

Esse caráter – dispensado da educação dos sujeitos que vivem no campo – estabelece-se pela estigmatização e culpabilização onde são vítimas, historicamente, os camponeses não alfabetizados e os não escolarizados, passam a constituir, pela lógica do poder e da sociedade desigual, parte do mecanismo que assegura a opressão e a privação de direitos de extensas camadas das classes trabalhadoras do campo e, também, da cidade.

O fato de ainda vivermos, em pleno terceiro milênio, num país em que milhões e milhões de mulheres e homens não (com)partilham do direito e da beleza que é ler e escrever provoca uma reflexão sobre o lugar que ocupam esses sujeitos na História. Segundo Viero (2007, p. 206):

É uma sociedade que naturaliza diferença de acesso à cultura escrita como inferioridade, ao mesmo tempo em que culpabiliza os excluídos desse bem cultural pela realidade educacional do país. Disso resulta um planejamento de ações para inferiores, considerando-os desde as relações de tutela e de cooptação. É um amálgama ideológico que remonta à origem do Brasil.

Por parte dos trabalhadores do campo há esforços e indícios, mesmo pouco perceptíveis, de luta e movimento para superar as dificuldades e debilidades na efetivação do direito à educação.

Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. A História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação. (FREIRE, 2001, p. 10)

A referência singular e protagonista de Paulo Freire no contexto da Educação Popular durante, aproximadamente, cinco décadas, contribuiu para repensar a Educação como componente decisivo no diálogo entre história e cultura.

A educação configura-se como componente decisivo no diálogo entre história e cultura. O aprender por toda a vida faz homens e mulheres serem sujeitos da História, humaniza-os, potencializa suas condições de sujeitos pensantes, que interferem e transformam, com seu agir, o seu cotidiano, o seu lugar, o mundo. 'Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (FREIRE, 1998, p. 58)

Conforme Freire é dessa relação indissociável que se deve partir no processo educativo percebendo homens e mulheres como instituintes e instituidores da história. Educar-se, segundo Freire é um processo que se dá em um contexto histórico, político e ideológico. É um processo impregnado pela cultura de um tempo e de um lugar.

A escola, bem como outros espaços de aprendizagem para pessoas jovens e adultas, ao pensar os seres humanos, como afirmava Freire (1997), como seres inconclusos e inacabados, contribuirá para que estes sujeitos se façam cientes dessa inconclusão, incentivando-os para a busca de um devir, do ser mais.

Então, a característica distintiva de quaisquer atividades que se considerem educativas e a sua qualidade acadêmico-social será identificada na contribuição que forem capazes de oferecer para o crescimento humano integral de trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, empregados, desempregados, todos reconhecidos enquanto sujeitos históricos e sociais.



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

Essa contribuição será validada, especialmente, no desenvolvimento de suas competências intelectuais e inserção na transformação das relações sociais predominantes, que provocam as desigualdades econômico-sociais e as exclusões histórico-culturais.

No Brasil, vêm se materializando ao longo dos anos campanhas que costumam ser centralizadas e unificadas no desenvolvimento das atividades pedagógicas e da produção do material didático e não na formação do educadores em sua totalidade e, tampouco, nas suas reais condições de existência humana.

Vale ressaltar que as precárias instalações físicas das escolas colocam em risco a saúde e a vida dos educandos e professores. Muitas escolas no Brasil, especialmente aquelas que estão nas periferias e no campo não atendem a condições básicas.

Sem cadeiras, carteiras, energia elétrica, água potável, banheiros, merenda escolar e também ausência de investimentos na formação inicial e continuada de professores não garantem o direito à educação e nem a qualidade do ensino aos cidadãos.

Os sujeitos pertencentes aos setores populares, tanto do campo como na cidade, não tiveram acesso ainda às políticas educacionais, na medida do necessário e do direito, tampouco elas foram capazes de satisfazer seus anseios, demandas e necessidades educacionais. Assim, ainda não foi garantido tanto o acesso como a qualidade, para a permanência e continuidade destes sujeitos no contexto da educação pública do campo.

A EJA, modalidade que parece estar sempre em xeque, com baixo reconhecimento, certamente devido ao perfil dos seus sujeitos que vivem privados de direitos básicos e permanente vulnerabilidade social no campo e na cidade. Assim a EJA necessita ser assumida como uma política orientada explicitamente ao combate das desigualdades e à promoção de direitos destes sujeitos.

A correção deste quadro de privação de direitos implica desconstruir toda uma estrutura que historicamente colocou a educação a serviço dos interesses políticos de perpetuação de poder, assegurando a manutenção das desigualdades que tanto afrontam o povo brasileiro.



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

Invisibilizados na maioria das vezes, os professores do campo mobilizam-se para a efetivação de um processo organizativo participativo que fortaleça politicamente os camponeses e demande do Estado cumprir seu dever.

Neste processo, é fundamental sejam incluídas as vozes dos professores da educação de jovens, adultos e idosos do campo, para eles próprios poderem falar de suas necessidades e expectativas, direcionando a reflexão, o planejamento e a execução das práticas sociais e das políticas públicas educativas rumo a sua efetiva democratização.

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PARA QUEM E PARA QUE?

A EJA é um campo político que carrega consigo o rico legado da Educação Popular. Sempre tratada pelas autoridades sob a perspectiva das campanhas e do voluntarismo e colocada paralelamente ao Sistema Educacional Brasileiro, a EJA encontrou abrigo junto aos movimentos populares e organizados da sociedade civil.

Como formar professores da EJA comprometidos com o que ocorre no meio popular, no cotidiano das periferias das cidades, dos campos, enfim envolvidos na prática da Educação Popular? Como contemplar os desafios e problemáticas que a contemporaneidade vem acrescentando à educação, as quais extrapolam a dimensão da sala de aula e envolvem tantos processos de exclusão, como também de emancipação e desenvolvimento de comunidades?

As universidades e os centros de pesquisa e formação assumem, neste momento, espaço fértil para desenvolver pesquisas, reflexão teórica e práxis no campo da EJA. Espaço este de fomentação, socialização e engajamento. Segundo Arroyo (2005, p. 20), “Este pode ser um ponto promissor na reconfiguração da EJA: as universidades em suas funções de ensino, pesquisa e extensão se voltam para a educação de jovens e adultos”.

Neste contexto, a Universidade desempenha um papel significativo dentro da sociedade através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esses pilares são importantíssimos para a permanente produção científica, o estabelecimento de elos e a intensificação de diálogo entre o contexto acadêmico e os diversos segmentos que constituem a sociedade.



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

O direito à educação está relacionado aos demais direitos sociais e humanos. Como direito público subjetivo de todos, a educação transforma-se num instrumento importantíssimo para afirmar a cidadania, autonomia e a democracia.

Entretanto, este direito infelizmente ainda não é assegurado na escola pública (de educação infantil à Universidade), pois ainda está presente a perpetuação dos mecanismos de exclusão dos sujeitos pertencentes às classes populares, particularmente aos de maioria negra e pobre. Isto se dá através das práticas cotidianas que constituem o ritual escolar, seja a partir da aculturação porque passam as classes populares (tornando-se assim vítimas, e porque não, reféns), seja também nos mecanismos de conservação social, diminuindo cada vez mais a possibilidade de mobilização social destes sujeitos.

Os jovens, adultos e idosos protagonizam trajetórias de humanização, de engajamento aos movimentos sociais do campo e da cidade, pela luta por outra sociedade e por seus direitos. Por isso, suas trajetórias não podem ser vistas apenas pelas carências sociais, nem sequer pelas carências de um percurso escolar nem sempre bem sucedido.

Os movimentos sociais populares, tanto no campo como nas cidades, têm recorrido à ação direta para promover o acesso das classes marginalizadas à educação, à cultura, à segurança, à saúde, à terra e à habitação, o que vem permitindo a estas classes empreenderem atividades alternativas de produção que viabilizam ideais de sustentabilidade, de igualdade e a solidariedade.

Historicamente, os debates e as discussões em torno da necessidade de eliminar o analfabetismo, especialmente dos sujeitos que vivem no campo brasileiro, por meio da disseminação da educação por todo o país, oscilam entre a tutela e a responsabilidade do Estado e a luta pela conquista desse direito pela própria população que, ao longo do tempo, vem sofrendo com descasos e omissões, especialmente na educação para pessoas jovens, adultas e idosas.

Hoje, no campo da EJA e, particularmente, no contexto dos Fóruns de EJA, a Universidade vem participando efetiva e decisivamente na circulação de experiências nesse âmbito, além de subsidiar na constituição da identidade dos fóruns; entretanto, necessita articular uma rede de saberes e fazeres, fomentando pesquisas no campo da



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

educação de pessoas jovens, adultas e idosas assim avançará e responderá às demandas dos educadores e educandos dessa modalidade educacional.

A EJA continua como um campo ainda não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas. Deve-se refletir sobre as seguintes questões: Quem propõe a pesquisa e para quê? Quem interpreta os dados e em que direção? Qual é o papel concreto da Universidade na formação de professores da EJA? Particularmente, não há docência sem pesquisar o ensinar e a quem ensinar.

A alfabetização e a educação básica são partes indissociáveis de um mesmo processo. Infelizmente, ainda ocorre dicotomia, tornando-se assim um desafio na construção de políticas públicas para EJA no Brasil.

Exige-se, pois, uma intencionalidade pedagógica, política, acadêmica e profissional, no sentido de inserir no contexto docente, de pesquisa, de formação e formulação de políticas, a necessidade e o desejo de pensar, idealizar e construir a educação de jovens e adultos como campo de responsabilidade pública, materializado no conjunto das políticas públicas e na peculiaridade das políticas educativas.

O ensino superior necessita cada vez mais articular-se com outros níveis de ensino público (fundamental e médio), buscando assegurar a qualidade e a democratização da universidade pública. Essa articulação constituirá elo que diminuirá certamente a distância que existe entre a universidade e a escola pública do campo. Nessa perspectiva, deixará de ser espaço de exclusões raciais, culturais e sociais. A pesquisa em colaboração, na qual professores da universidade se unem aos de escolas em torno de um mesmo projeto, pode contribuir extraordinariamente na luta social.

Diversas instituições de ensino superior já vêm oferecendo contribuições nos âmbitos da assessoria, formação de professores, implementação de projetos e da pesquisa, que se identifica na relevante produção acadêmica articulada em torno da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), e como também se observa nos diversos documentos produzidos nesse âmbito com vista a intervir no debate sobre as políticas públicas.

A educação de jovens, adultos e idosos como campo político de formação e investigação necessita comprometer-se com a educação das camadas populares e com a



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

superação das diferentes formas de preconceito, exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade, as quais se fazem presentes tanto nos processos educativos dentro do contexto escolar quanto para além dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas reflexões permanecem em aberto após a feitura deste texto, tornando-se assim campo fértil para novas discussões e reformulações. Como contribuição para a educação de pessoas, jovens, adultas e idosas do campo, as análises aqui desenvolvidas apontam a necessidade de dar vez e voz aos professores da EJA do Campo.

Este artigo pretendeu apontar os laços e embaraços que são postos no processo formativo dos professores de jovens, adultos e idosos envolvidos na educação pública do campo analisando os entraves e possibilidades da sua formação num cotidiano docente de incertezas e desafios.

As universidades e os centros de pesquisa e de formação tornam-se espaços importantes e necessários para desenvolver pesquisas, reflexão teórica e práxis destes professores que atuam especialmente na EJA do Campo, dando visibilidade ao seu pensar, fazer e viver, tomando como ponto de partida para o processo de formação, suas trajetórias escolares e de vida, seus saberes da experiência e suas expectativas sem relegar suas dificuldades e desencantos com a educação que é pensada para eles e não com eles.

Um dos desafios é contribuir para o protagonismo dos professores no seu processo formativo. Quem são esses professores? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? O que sabem? Como produzem a existência? Como constituem sua trajetória de vida? Quais são seus sonhos, desejos, demandas e expectativas? Que projetos de vida manifestam e buscam concretizar? Como se constituem docentes de jovens, adultos e idosos? O território cotidiano destes sujeitos é um espaço no qual venho trilhando os itinerários e percursos de minha trajetória profissional e humana.

A formação de professores que atuam com trabalhadores do campo necessita dialogar com os seus saberes, fazeres e suas lutas, voltando-se para suas concepções,



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP

seus significados culturais e para seus valores; não apenas restringi em descrevê-los e encaixá-los em concepções e valores, enquanto professores/pesquisadores necessitam ir além, tentar compreendê-los.

Se qualquer atuação de pesquisa na área das ciências humanas exige sensibilidade e posicionamento político para com os processos de humanização e desumanização vividos pelos sujeitos, aqueles (as) que se dedicam ao campo da EJA carregam em si mesmos e nas investigações que realizam um maior comprometimento e responsabilidade social, política e acadêmica de compreender, interpretar, denunciar, anunciar, refletir e, acima de tudo, analisar as trajetórias de vida, saberes, ensinamentos e conhecimentos produzidos pelas pessoas jovens e adultas, tanto do campo quanto da cidade.

Um desafio permanente nas pesquisas e práticas educativas da EJA consiste em investigar a identidade dos sujeitos da EJA, os professores de jovens, adultos e idosos populares necessitam partir das vivências, processos, identidades, lutas, saberes e fazeres construídos historicamente pelos sujeitos nas relações sociais, culturais e políticas vivenciadas nos diferentes espaços de sociabilidade: família, trabalho, grupos culturais, movimentos sociais e militância política.

No Brasil, os avanços importantes no campo da educação de pessoas jovens, adultas e idosas trazem esperanças para o protagonismo desses sujeitos e do próprio campo da EJA. Mesmo diante do desafio de tantos objetos a compreender e da entrada em cena, há poucos anos de pesquisadores que se colocaram como artífices desses conhecimentos, a produção acadêmica existente no campo da EJA contribui para transformá-la num espaço de fomentação, socialização e engajamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 fev. 2008.

BRASIL. Lei n. 9 394, 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica das Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzales. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Coordenação da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. p. 13-52 (Por uma educação básica do campo, 2).

_____. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Direitos humanos e educação libertadora. (Conferência de junho de 1988). In: FREIRE, Ana Maria (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e a afirmação de direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF, v. 87, n. 217. p. 302-312, set/dez/. 2006.

HADDAD, Sérgio. Educação e exclusão no Brasil. **Ação Educativa**, São Paulo, ago. 2008. Não paginado. Publicado originalmente no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>> Acesso em: 23 ago. 2008

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos**. Petrópolis, RJ: DP&A; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

VIERO, Anézia. Educação de jovens e adultos: da perspectiva da ordem capitalista à solução para a emancipação humana. In: GUSTSACK, Felipe; VIEGAS, Moacir Fernando; BARCELOS, Valdo (Org.). **Educação de jovens e adultos: saberes e fazeres**. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2007.